

## Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese**

### I – Apresentação

No dia 10/10/2019, as Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e de Defesa dos Direitos da Mulher receberam Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

### II – Presenças

- **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social:** deputados Celinho Sintrocel (presidente da comissão e da reunião), André Quintão (vice-presidente), Gustavo Valadares e deputadas Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Celinho Sintrocel) e Marília Campos.
- **Comissão de Direitos Humanos:** deputadas Leninha (presidente), Andréia de Jesus (vice-presidente), Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus), Delegada Sheila (substituindo o deputado Bruno Engler) e Marília Campos (substituindo a deputada Leninha).
- **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude:** deputados Zé Guilherme (presidente), Coronel Henrique e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Fábio Avelar de Oliveira).
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** deputado Zé Guilherme.

- **Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas:** deputada Delegada Sheila (presidente) e deputado Coronel Henrique (substituindo o deputado Delegado Heli Grilo).
- **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher:** deputadas Marília Campos (presidente), Andréia de Jesus (vice-presidente), Celise Laviola, Delegada Sheila, Leninha e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Marília Campos) e deputado Doutor Jean Freire (substituindo a deputada Leninha).
- **Demais presenças:** deputada Rosângela Reis e deputados Antonio Carlos Arantes, Arlen Santiago e Fernando Pacheco.

### III – Discussões

Conforme estabelece a Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, a secretária de Estado de Desenvolvimento Social fez uma exposição sobre a gestão do órgão nos primeiros nove meses de 2019.

A secretária apresentou como atuação estratégica da área do desenvolvimento social o programa Trajetória para a Autonomia, que tem por objetivo reduzir a vulnerabilidade social, articulando ações de geração de renda, esporte e lazer, assistência social, segurança alimentar e nutricional, habitação social, direitos humanos e política de prevenção e cuidado ao uso de drogas em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDMH. Em 2020, o programa atenderá 16 municípios da região de Teófilo Otoni, chegando em 2023 aos 73 municípios com baixo IDHM de várias regiões do Estado.

Vários parlamentares abordaram a questão da estrutura organizacional da Sedese e do financiamento para o desenvolvimento das suas ações. Ficou evidenciado que a secretaria conta com uma concentração de temáticas de políticas públicas desproporcional à sua estrutura e ao seu orçamento. Essa concentração impacta o trabalho das suas superintendências regionais. Uma proposta apresentada como alternativa para equacionar o problema da falta de financiamento foi

vincular a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM – ao custeio das ações da Sedese. Segundo as informações apresentadas, parte significativa dos recursos do FEM estão sendo utilizados para ações distintas da sua finalidade. Defendeu-se que, na aplicação dos recursos do fundo, seja assegurado o foco nos municípios das regiões com menor índice de desenvolvimento. A secretária se comprometeu a discutir com o governo estadual sobre a destinação dos recursos do FEM. Outra sugestão para equacionar a questão do financiamento, mencionada por vários deputados, diz respeito à ampliação de emendas parlamentares para financiar os projetos da Sedese.

Outro tema objeto de questionamento foi a proposta de reforma da previdência dos servidores públicos estaduais, que, conforme modelo da União, prevê a transição para um regime de capitalização. Embora esse não seja um tema relacionado à Sedese, como lembrou a secretária, será necessário discuti-lo no Estado.

Destacamos, a seguir, os principais pontos de discussão abordados na reunião, agrupados por área temática.

## **1) TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **1.1) Trabalho, emprego e renda**

Em relação às políticas de trabalho, emprego e renda, a secretária apresentou dados relativos aos atendimentos do Sistema Nacional de Emprego – Sine – no Estado e destacou a importância da criação do Fundo Estadual do Trabalho a partir da aprovação do Projeto de Lei nº 1.009/2019 (em tramitação nesta Casa) para a continuidade do financiamento das ações na área. A secretária informou, também, sobre a implementação das ações de apoio à economia popular solidária, como a realização de nove feiras da Cidade Administrativa em 2019 e a discussão da revisão do Plano Estadual de Economia Popular Solidária durante as 15 feiras regionais e a feira estadual previstas para 2020.

A qualificação profissional foi outro tema objeto de questionamento por parte dos parlamentares. A secretária ressaltou que a oferta de cursos de formação profissional está sendo referenciada nas características de cada região e nas demandas locais de mão de obra. Para ofertar os cursos, a Sedese tem buscado parcerias com o Sistema S, além das ações da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – e da reprogramação dos saldos dos recursos do Pronatec. Diante da sugestão de fortalecimento da Utramig para melhorar a atuação do Estado na qualificação profissional, a secretária discorreu sobre as dificuldades de manter um quadro permanente de professores, conforme exigido pela Justiça, em função da dinâmica dos cursos oferecidos.

Indagada sobre o plano de governo para a geração de emprego, a secretária informou que se trata de tema da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a qual a Sedese atua de forma articulada por meio das ações de capacitação profissional. Os parlamentares sugeriram ainda que esta Casa discuta a situação do trabalho precário no Estado, a fim de definir ações de fomento à geração de emprego e renda para enfrentamento desse problema.

**RQC nº 5.031/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Audiência pública da comissão para debater o trabalho precário no Estado e a necessidade de implementação de políticas públicas para enfrentamento desse problema.

**RQN nº 3.457/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre as ações desenvolvidas pela sua pasta para fomentar a geração de emprego e renda em Minas Gerais.

**RQN nº 3.458/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social acerca do planejamento para a oferta de educação profissional em 2020, compreendendo dados sobre a distribuição das vagas em cada região do Estado, os cursos ofertados e o número de alunos atendidos.

**RQN nº 3.460/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as ações de qualificação profissional programadas com a reaplicação do saldo dos recursos do Pronatec.

## **1.2) Assistência social**

Na temática da assistência social, a secretária abordou a questão do pagamento do Piso Mineiro de Assistência Social aos municípios. Esse ponto foi objeto de vários questionamentos por parte dos deputados. A secretária informou que, em janeiro de 2019, havia um atraso de 23 meses no pagamento do Piso Mineiro. Desde então, os recursos referentes ao Piso Mineiro vêm sendo repassados de forma contingenciada. No momento, os municípios estão recebendo o equivalente a 44,46% do valor integral, estipulado pela Resolução Sedese nº 459, de 2010. A secretária disse que está estabelecendo esforços conjuntos com a Secretaria de Estado da Fazenda para pagar 100% do valor devido em 2019, mas que não há perspectiva para pagamento das 23 parcelas em atraso relativas a 2017 e 2018.

A secretária informou também sobre o programa Rede Cuidar, para o qual há recursos liberados pela Loteria Mineira e cujos critérios ainda serão convencionados pelas instâncias de pactuação e de controle social do Sistema Único de Assistência Social. Segundo relatou, a previsão é de que até novembro deste ano seja publicado o novo edital para a escolha das entidades que participarão do programa. Destacou, também, o Programa Descubra, voltado para a aprendizagem, o empreendedorismo e a empregabilidade de públicos mais vulneráveis, em especial adolescentes egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas, em acolhimento institucional ou em situação de exploração de trabalho infantil.

Sobre a regionalização dos serviços de proteção social especial, informou que haverá expansão de três Creas – Centros de Referência Especializados de Assistência Social – na região da calha do Rio Doce com recursos da Fundação Renova. A secretária observou que houve dificuldades na negociação com a Fundação, mas que o processo agora parece caminhar para uma solução.

A secretária foi questionada sobre o protocolo de atendimento nas situações de emergência, com destaque para as comunidades tradicionais e quilombolas. Foi questionada, também, sobre as ações para as populações atingidas por barragens, especificamente para os casos de Mariana e Brumadinho, e foi-lhe entregue o relatório da CPI de Brumadinho. Quanto ao protocolo, a secretária disse que será construído futuramente e que as ações para as populações atingidas de

Brumadinho e região da calha da Rio Paraopeba estão em fase de construção, junto ao Comitê Gestor Pró-Brumadinho. As ações serão arbitradas pela justiça e financiadas pela Vale. Como sugestão de encaminhamento, solicitou-se ao Governador do Estado que desarquive o Projeto de Lei nº 3.312/2017, que institui a Política Estadual para os Atingidos por Barragens no Estado.

### **Compromisso da secretária**

Discutir com o governo estadual a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

COMPROMISSO

### **RQN nº 3.382/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de providências ao governo do Estado para que desarquive o Projeto de Lei nº 3.312/2017, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, para dar celeridade à tramitação da matéria nesta Casa.

### **RQN nº 3.462/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a previsão de pagamento da complementação do Piso Mineiro de Assistência Social relativo a 2019, considerando que o Estado tem efetuado o pagamento do valor correspondente a 44,46% de cada parcela devida aos municípios.

### **RQN nº 3.471/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para discutir com o governo do Estado a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria para o financiamento das ações da pasta.

### **RQN nº 3.472/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de providências ao governo do Estado no sentido de assegurar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – condições administrativas e financeiras para executar as importantes políticas públicas que estão sob sua gestão.

### **RQN nº 3.474/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Fazenda para complementar os recursos do Piso Mineiro de Assistência Social relativos aos meses de 2019, de modo a possibilitar a transferência do valor integral devido aos municípios, bem como realizar o repasse financeiro necessário à Sedese para que efetue o pagamento das parcelas em atraso anteriores a janeiro de 2019.

REQUERIMENTOS

**RQN nº 3.506/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o resultado do mapeamento da estrutura das suas superintendências regionais e sobre as propostas para a sua reestruturação.

**1.3) Segurança alimentar**

Indagada sobre a atuação da Sedese para assegurar a realização da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, prevista para acontecer nos dias 2 e 3 de dezembro de 2019, a secretária informou que, como integrante da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, está fornecendo o apoio necessário à realização do evento.

**1.4) Criança, adolescente e idoso**

Questionada sobre a não execução orçamentária das ações voltadas ao idoso e à criança e ao adolescente, notadamente para o combate à exploração sexual, a secretária informou que está preparando campanhas para estimular a doação de recursos, pela sociedade, ao Fundo Estadual do Idoso e ao Fundo da Infância e da Adolescência para o financiamento dessas ações.

**RQN nº 3.503/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o montante de recursos captados pelo Fundo Estadual do Idoso e as ações específicas às quais se destinam.

**RQN nº 3.505/2019 (Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o montante de recursos captados pelo Fundo da Infância e Adolescência e as ações específicas às quais se destinam, explicitando o valor destinado às ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado no ano de 2019.

## **2) DIREITOS HUMANOS**

### **2.1) População LGBTQI+; idosos; crianças e adolescentes; povos e comunidades tradicionais**

Foi manifestada, pelos parlamentares, preocupação quanto à carência de recursos para políticas inerentes aos direitos dos idosos e de crianças e adolescentes, e, para além disso, a baixa ou a falta de execução dos recursos inicialmente previstos para as ações. Foi frisada a necessidade de ampliação das medidas de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes, e questionado, especialmente, sobre quais campanhas preventivas estão sendo realizadas nesse sentido. Também foi cobrada a ampliação das ações específicas de capacitação dos conselheiros municipais de direitos, sugerindo a realização da formação também por meio das regionais.

Sobre a baixa execução, a secretária informou que o orçamento da Sedese sofreu contingenciamentos, razão pela qual não foi possível a execução dos recursos inicialmente estimados. Outro ponto prejudicial é a existência de um passivo grande de restos a pagar, mas esclareceu que a pasta está negociando com a Seplag a disponibilização de recursos para propiciar o aumento da execução.

No que se refere às políticas para crianças e adolescentes e para idosos, a Sedese está trabalhando para aumentar a captação de recursos advindos da sociedade para os respectivos fundos, inclusive por meio da realização de campanhas com foco na participação de pessoas físicas e jurídicas (as quais podem, inclusive, ser favorecidas por isenção fiscal).

Estão sendo realizadas tratativas para captação de recursos, por meio de emendas em nível federal, para o projeto – já elaborado pela Sedese – de realização de campanhas de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Sobre as capacitações, informou que está prevista para novembro deste ano capacitação por videoconferência dos conselheiros tutelares recentemente eleitos, por meio da Escola de Formação em Direitos Humanos. Também considerou importante para a efetivação desses projetos

de capacitação, além da oferta dos cursos, a busca ativa dos conselheiros para a efetivação da formação. Disse da intenção da Sedese de subsidiar os conselhos municipais na indução e no incremento das políticas, no entanto, ainda não foi possível ao Estado oferecer o cofinanciamento dos conselhos.

Em relação à construção de indicadores pela Sedese com base nas notificações de violações de direitos humanos, a secretária informou que será utilizado o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima – para o registro e o monitoramento dos casos de violência e para a integração da rede de proteção e promoção de direitos no Estado. Também citou a implementação do Índice de Monitoramento dos Casos de Violência – IMCV –, ferramenta em fase de desenvolvimento, com previsão de entrega em 2021.

Mencionou a realização de capacitação de profissionais de segurança pública, a fim de qualificar o atendimento nos casos de violações de direitos humanos, conforme previsto no plano de trabalho da Comissão Estadual de Políticas de Enfrentamento às Fobias Relativas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero – Cepef. E que a Sedese tem realizado tratativas com a Sejus para a realização dessa capacitação.

Questionada sobre o início do serviço de expedição de carteiras de identidade com **nome social** nas Unidades de Atendimento Integrado – UAIs –, a secretária informou que a pasta já está se articulando com a Polícia Civil de Minas Gerais, que realiza a emissão das carteiras de identidade, para que até o fim deste ano o serviço comece a ser prestado.

#### **Compromisso da secretária**

Articular-se com a Polícia Civil de Minas Gerais para que a emissão das carteiras de identidade com nome social nas Unidades de Atendimento Integrado – UAIs – ocorra até o fim deste ano.

**COMPROMISSO**

**RQN nº 3.603/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências ao governador do Estado para o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.398/2017, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CEC-LGBT – e dá outras providências, ou o envio a esta Casa de novo projeto com a mesma finalidade, reiterando-se requerimento anterior apresentado durante o 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza.

**RQN nº 3.587/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que sejam priorizadas as ações de capacitação e formação para o enfrentamento da LGBTFobia, a serem implementadas de forma intersetorial entre as secretarias de governo, a partir da articulação com a Secretaria de Estado de Educação.

**RQN nº 3.592/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para o incremento progressivo das ações direcionadas aos povos e comunidades tradicionais do Estado, de forma a contribuir para o acesso à educação – especialmente à educação superior – e a políticas de emprego e renda, garantindo a essas populações, ainda, serviços básicos, como de saúde e saneamento, e fornecimento de energia elétrica.

**RQN nº 3.591/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a criação de uma diretoria de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas, considerando-se a vulnerabilidade social dessas populações, que integram, em sua maior parte, as regiões com menor índice de desenvolvimento humano no Estado.

**RQN nº 3.583/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as tratativas acumuladas e os prazos estabelecidos para a demarcação de territórios tradicionalmente ocupados no Estado.

**RQN nº 3.589/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que seja prestado apoio logístico e financeiro necessário ao funcionamento, de maneira efetiva, da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

## 2.2) Controle social e planos estaduais

A respeito dos planos estaduais, também abordados no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, foi informado o seguinte:

- Plano Estadual de Igualdade Racial: a redação inicial está pronta para ser discutida em plenária marcada para este mês de outubro.
- Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: a Sedese está organizando uma próxima reunião da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; no entanto, há problemas no financiamento das diárias para que os conselheiros compareçam.
- Plano Estadual das Juventudes: houve a retomada do fórum técnico Juventude das Gerais em 1º/10/2019, na ALMG, quando foram apresentados cronogramas e a metodologia de trabalho para a continuação da elaboração do plano de maneira participativa e regionalizada.
- Plano Estadual de Enfrentamento da Pobreza no Campo: formalizado por meio da Lei nº 23.203, de 2018. Foi realizada uma análise qualitativa do Programa de Enfrentamento da Pobreza no Campo, tendo sido identificadas algumas dificuldades em sua implementação. A secretária citou os seguintes pontos: “estratégia setORIZADA, com pouca articulação de outros atores governamentais; grande número de ações implementadas de forma dispersa; planejamento tardio do monitoramento; ausência de informações prévias que permitissem o acompanhamento local do desenvolvimento das ações e impossibilidade de avaliação do programa”. Foi então constatada a necessidade de reformulação do programa, o que está sendo realizado pela Sedese. Esclareceu que o Programa de Enfrentamento da Pobreza no Campo integra, no PPAG 2019-2022, o programa Trajetória para a Autonomia.

### **2.3) Direito à moradia**

Acerca da habitação de interesse social, tema também abordado no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, a secretária informou que estão sendo realizados diagnósticos dos municípios da Regional

Teófilo Otoni – primeira regional de implementação do programa Trajetória para a Autonomia (iniciado em agosto de 2019). Além disso, a Sedese participou de seminários – nacional e internacional – acerca da temática da habitação (em setembro de 2019). Informou, ainda, que o Plano Estadual de Habitação será revisado em dezembro de 2019.

Assim como no 1º Ciclo, a secretária foi questionada pelos parlamentares sobre o planejamento existente para a mitigação do déficit habitacional no Estado e que política pública de habitação de interesse social está sendo implementada de fato (em especial, para a população em situação de rua e os imigrantes).

Em resposta, a secretária afirmou que o Estado depende de recursos federais para reduzir o déficit habitacional e que ainda estão aguardando melhor definição sobre o programa habitacional em desenvolvimento pelo governo federal – que substituirá o Minha Casa Minha Vida. Paralelamente, estão realizando levantamentos – junto a ONGs, por exemplo – sobre novas tecnologias habitacionais e formas de construção de qualidade por preço acessível, informações necessárias, inclusive, para a captação de recursos e para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Habitação. A elaboração desse plano foi compromisso firmado pela secretária no 1º Ciclo. Declarou que a Sedese se preocupa com essa questão e tem realizado discussões para elaboração das políticas de interesse da população de rua e dos imigrantes, ressaltando, entre as medidas prioritárias, a necessidade de um levantamento do quantitativo e a localização das pessoas a serem atendidas, além das principais demandas, por exemplo.

Sobre a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente, tema também debatido no 1º Ciclo, informou que o órgão foi reinstalado em 25/7/2019, tendo sido realizadas quatro reuniões desde a retomada dos trabalhos, nos dias 25/7, 7/8, 30/8 e 20/9/2019. Além de tratarem da situação de quatro ocupações nas mencionadas reuniões, foram enviadas informações (havia um acúmulo) a vários órgãos estaduais, além do Ministério Público e Defensoria Pública. Também foram enviados documentos diversos para composição ou fundamentação de processos.

Questionada sobre a ineficiência no atendimento das demandas que chegam à Mesa de Diálogo, a secretária esclareceu que existem cerca de 148 mil processos em análise na Mesa e que nem todos

foram transferidos para a Sedese. No seu entendimento, é interessante que os processos tramitem primeiramente em Câmara Técnica, para que cheguem para definição na Mesa mais bem fundamentados e com proposta concreta de resolução, o que agilizará o atendimento das demandas. Informou que essa sugestão será apresentada na próxima reunião da Mesa, para apreciação de sua viabilidade pelos membros do órgão.

### **Compromisso da secretária**

Encaminhar para a Mesa de Diálogo a demanda das famílias que se encontram na área de servidão da Cemig. A secretária solicitou à deputada Marília Campos que a informação sobre esse conflito seja formalmente encaminhada para que o órgão tome as devidas providências.

### **RQN nº 3.588/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que seja colocado em pauta da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais o conflito gerado pela intenção de retirada de cerca de 400 famílias que vivem em áreas de servidão da Cemig, no Município de Contagem.

### **RQN nº 3.597/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as atividades desenvolvidas pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, especificando-se, especialmente o atual quantitativo de casos que aguardam análise pela Mesa, o número de casos levados à Mesa durante o exercício de 2019 e o número de tratativas e os resultados alcançados no ano de 2019.

### **RQN nº 3.584/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que sejam disponibilizadas, com maior transparência, informações sobre os casos, as tratativas e os resultados alcançados pela Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais.

### **RQN nº 3.601/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cumprimento de protocolos de diálogo e negociação com ocupações urbanas e rurais no Estado, particularmente no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais e do Poder Judiciário, esclarecendo-se se tais protocolos foram de fato implementados de forma a prevenir o cumprimento de ordens de despejo durante ano de 2019.

COMPROMISSO

REQUERIMENTOS

**RQN nº 3.590/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – para que sejam sempre privilegiadas a mediação, a negociação e a solução pacífica de conflitos nas ações relacionadas à reintegração de posse, em áreas urbanas e rurais, com outros órgãos e a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais.

**RQN nº 3.600/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre os procedimentos previstos para a ação da PMMG em casos de reintegração de posse de propriedades urbanas ou rurais, consubstanciadas nos protocolos utilizados pelo órgão, desde o que prevê negociações preliminares até o que prevê o uso progressivo da força.

## **2.4) Atingidos por barragens**

Foi questionado à secretária se, na revisão do Caderno de Orientações sobre a Atuação Socioassistencial em Contextos de Emergência e Calamidade Pública, estão sendo estudadas as questões inerentes aos quilombolas e demais comunidades e povos tradicionais, com a aplicação de protocolos específicos.

Também foi defendida pelos deputados e deputadas a adoção de modelo alternativo de reparação dos atingidos por barragens, conforme consta no capítulo dedicado à reparação do Relatório Final da CPI da Barragem de Brumadinho desta Casa.

Reiteraram, ainda, a solicitação encaminhada no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, de desarquivamento, pelo governador, do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências – cuja iniciativa foi do Poder Executivo –, de forma que possa ser aprovado ainda este ano.

A secretária informou que o protocolo de atendimento ainda está em implementação. Contudo, principalmente em Brumadinho, estão realizando um trabalho específico sobre como atuar em relação às populações indígenas e quilombolas, na Calha do Rio Doce e na Calha do Rio Paraopeba. Ressaltou que os trabalhos possuem dinâmicas diferenciadas, já que na Calha do Rio Doce as tratativas são com a Fundação Renova e na Calha do Rio Paraopeba as tratativas se dão por meio

do comitê e da Advocacia-Geral do Estado, com a apresentação das demandas diretamente ao Poder Judiciário, que determina a execução das medidas com o financiamento da Vale S.A. A secretária ressaltou, também, que o modelo de negociação adotado por meio da Fundação Renova não será repetido.

### **Compromissos da secretária**

Encaminhar ao gabinete da deputada Andreia de Jesus o cronograma para o desenvolvimento dos projetos na área de direitos humanos apresentados durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza.

Apoiar e dar andamento à proposta de desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências. A secretária esclareceu que o projeto encontra-se em avaliação pelo Comitê Pró-Brumadinho, já que envolve políticas diversas no Estado e que o comitê, vinculado à Seplag, está conduzindo essa pauta.

COMPROMISSOS

### **RQN nº 3.602/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências ao governador do Estado para o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos e dá outras providências, reiterando-se requerimento anterior apresentado durante o 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza.

### **RQN nº 3.585/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o cronograma para o desenvolvimento dos projetos na área de direitos humanos apresentados durante o segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza, especialmente no que se refere aos prazos inerentes à atuação socioassistencial em contextos de emergência e calamidade pública, especificando-se, em particular, o prazo de implementação de protocolo específico de atuação junto aos povos e comunidades tradicionais.

REQUERIMENTOS

## **2.5) Equipamentos e monitoramento da política de direitos humanos**

Em relação à Casa de Direitos Humanos, a secretária informou tratar-se do principal canal de recebimento de denúncias de violações e que ela continua reunindo os conselhos de políticas públicas vinculados à Sedese. Disse, ainda, que os recursos para a manutenção da Casa são os previstos na proposta da lei orçamentária de 2020.

Em relação aos Centros de Referência em Direitos Humanos, reafirmou que existem atualmente quatro em funcionamento (Alfenas, Juiz de Fora, Montes Claros e Teófilo Otoni). Esclareceu que os

termos de compromisso foram aditados por mais seis meses, haja vista que os mesmos se encerrariam no final do ano. Esse aditamento permitirá a continuidade do serviço até, no máximo, junho de 2020. Assim, estão buscando alternativas para o financiamento desses equipamentos a partir de 2020. E reafirmou que o Estado prestará apoio aos municípios para o desenvolvimento das políticas de direitos humanos de maneira mais efetiva no âmbito local.

Quanto à Escola de Direitos Humanos, segundo a secretária, foram atendidas 3.584 pessoas, em 325 municípios, na formação em 2019. As temáticas abordadas nessas formações foram direitos étnico-raciais, direitos das mulheres, direitos dos cidadãos em situação de rua, direitos de pessoas LGBTQI+ e identidade e direitos da pessoa idosa.

Respondendo a questionamento sobre a situação do Memorial de Direitos Humanos, informou que são necessários R\$3.500.000,00 para sua total implantação, esclarecendo que está em andamento uma articulação política com um deputado federal para a consecução de uma emenda federal de bancada com essa finalidade. Ratificou ser necessário o apoio do Legislativo para a total implantação da unidade por meio da disponibilização de emendas parlamentares, já que não há recursos orçamentários disponíveis com esse objeto.

Em relação a capacitações, a secretária informou que foram realizadas 18 capacitações presenciais, com 1.837 pessoas atendidas, entre gestores, técnicos e sociedade civil que atuam nas políticas públicas de direitos humanos, e que, até o final de 2019, estão previstas mais seis capacitações. As temáticas foram: pessoa com deficiência, criança e adolescente, igualdade racial e povos e comunidades tradicionais, pessoa idosa, população em situação de rua, mulheres e juventude.

Além disso, a Sedese tem prestado suporte técnico em Direitos Humanos por meio de visitas técnicas, capacitações e formações via Uaitec e suporte por audioconferências (telefone) e por e-mail: 24 municípios receberam visita técnica; 75 receberam apoio técnico específico sobre políticas de direitos humanos; 490 municípios receberam apoio técnico sobre conferências da criança e do adolescente; e 350 municípios receberam apoio técnico sobre conferência da pessoa idosa.

A secretária informou que o Observatório de Desenvolvimento Social – compromisso assumido no

1º Ciclo de elaborar uma metodologia para construir indicadores de monitoramento e avaliação com base nas notificações de violações de direitos humanos no Estado – foi inserido como unidade formal no âmbito da Sedese na proposta de decreto de competências e possui equipe constituída por três funcionários, responsáveis pelas seguintes atividades, que já estão em andamento:

- o Índice Mineiro de Vulnerabilidade – IMV: está construído e será utilizado para o levantamento de famílias multidimensionalmente vulneráveis no escopo do programa Trajetória para a Autonomia – os resultados agregados serão futuramente disponibilizados para o público externo em uma plataforma virtual (em dezembro de 2019 estará disponível para o público externo);
- a elaboração de parte da metodologia de diagnóstico do programa Trajetória para a Autonomia, que contempla a coleta de dados primários por meio da técnica de mapa falado;
- apoio técnico às demais unidades da Sedese – criação ou disponibilização de informações, estudos e métodos de processamento de dados.

Sobre os programas de proteção, informou que foram atendidos 31 crianças e adolescentes no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; protegidas 21 pessoas no Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita; e protegidos 68 defensores no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais – PPDDH-MG. Não foram prestadas informações sobre o eventual funcionamento dos Núcleos de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos – NAVCVs.

#### **RQN nº 3.594/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para a ampliação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH –, de forma a propiciar a inclusão de um maior número de lideranças ameaçadas, particularmente as lideranças quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais.

REQUERIMENTOS

**RQN nº 3.598/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre os núcleos de atendimento às vítimas de crimes violentos – NAVCVs –, esclarecendo-se o número de unidades existentes e os serviços disponibilizados, o quantitativo de pessoas atendidas no ano de 2019 e os recursos destinados para a manutenção desses equipamentos, com a indicação da execução orçamentária no ano de 2019 e da previsão para o ano de 2020.

REQUERIMENTOS

Informou, ainda, que 44 municípios possuem Unidades Interligadas de Registro Civil implantadas, sendo que existem 64 unidades interligadas em funcionamento. Estão em processo de implantação as unidades de cinco municípios.

Questionada sobre o prazo de implementação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima – nos municípios, a secretária informou que no primeiro semestre de 2020 o Sima já estará implementado em quase todos os municípios, frisando que ainda são necessárias algumas definições a partir do piloto, em aplicação na Rede de Mulheres.

**Compromisso da secretária**

Implementar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima – em quase todos os municípios no primeiro semestre de 2020.

COMPROMISSO

**RQC nº 5.236/2019 (Comissão de Direitos Humanos)**

Realização de audiência pública para debater o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima –, ferramenta adotada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social com o objetivo de propiciar o registro e o monitoramento de violências sofridas por segmentos sociais diversos no Estado.

REQUERIMENTO

### **3) ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

Na exposição sobre as ações da Sedese realizados nos primeiros nove meses de gestão na área do esporte, a secretária destacou os seguintes resultados:

- realização dos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg – com a participação de 40.673 estudantes de 1.987 escolas de 686 municípios;
- participação de 267 atletas mineiros na etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude e nas 83 Paraolimpíadas Escolares;
- aumento no número de municípios que pontuaram no critério esporte do ICMS solidário, nos termos da Lei nº 18.030, de 12/1/2009;
- realização de 134 projetos esportivos com recursos captados por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, conforme a Lei nº 20.824, de 31/7/2013;
- publicação dos editais para projetos esportivos: Edital nº 1, de 2019, para fomento de projetos com recursos captados da Lei de Incentivo ao Esporte; Edital nº 2, de 2019, para projetos que beneficiem pessoas com deficiência; Edital nº 3, de 2019, para projetos que beneficiem a população idosa da região de Teófilo Otoni; e Edital nº 4, de 2019, para fomento de oficinas de capacitação em temáticas esportivas;
- conquista de uma medalha nos Jogos Pan-americanos e 23 medalhas nos Jogos Para Pan-Americanos de Lima 2019 de atletas beneficiados com bolsa atleta estadual.

A secretária também anunciou algumas ações previstas para a área, as quais serão detalhadas a seguir. Outras informações sobre a gestão do esporte em Minas Gerais integram o Relatório Gerencial – Análise do Segundo Quadrimestre de 2019 e o material utilizado na apresentação que subsidiou a fala da Secretária na reunião, disponibilizados no Portal da Assembleia.

De modo geral, os parlamentares manifestaram grande preocupação com a política de esportes no âmbito de uma secretaria responsável por tantas temáticas, a maioria de alta complexidade, temerosos de que esse aspecto da gestão do governo atual implique prejuízos para o acesso ao esporte pela população mineira. O presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude anunciou a intenção de realizar visitas para elaborar diagnóstico do esporte em Minas Gerais e identificar

propostas para colaborar com o desenvolvimento do esporte no Estado.

### **3.1) Juventude**

A secretária anunciou que a principal ação da Pasta para a juventude é a parceria com esta Casa para a realização do Fórum Técnico Jovens das Gerais, a partir do qual será construído o plano estadual que estabelecerá as diretrizes e ações que devem ser adotadas pelo Governo Estadual para o atendimento desse público.

#### **Compromisso da secretária**

Assegurar o suporte necessário à organização e realização do fórum técnico Jovens das Gerais para construção do Plano Estadual das Juventudes.

COMPROMISSO

### **3.2) Financiamento da política de esportes**

Os parlamentares demandaram a ampliação e o fortalecimento dos mecanismos estaduais de financiamento ao esporte. Mencionaram o Projeto de Lei nº 780/2019, que visa aumentar o valor mínimo da renúncia de receitas do orçamento fiscal de 0,01% para 0,15% da receita líquida anual do ICMS para apoio a projetos esportivos.

A respeito do tema, a secretária esclareceu que tem buscado ampliar a participação de Minas Gerais no programa federal de incentivo ao esporte e informou que a secretaria deve apresentar projeto para captação de recursos por meio da [Lei Federal nº 11.438, de 2006](#) para financiar algumas das ações sob sua responsabilidade.

Anunciou a realização, até dezembro de 2019, de consulta pública às entidades proponentes de projetos esportivos para aprimoramento de metodologia de captação de recursos e de prestação de contas para melhorar as condições de acesso a esse financiamento, bem como a elaboração de relatório com análise sobre execução da Lei de Incentivo e a oferta de curso de capacitação a

distância para proponentes e captadores.

#### **Compromissos da secretária**

Realizar consulta pública para aprimoramento dos processos de captação e prestação de contas da Lei de Incentivo ao Esporte.

Oferecer curso a distância sobre apresentação de projetos esportivos para a Lei de Incentivo ao Esporte.

Elaboração de relatório com análise de execução da Lei de Incentivo ao Esporte.

COMPROMISSOS

#### **RQN nº 3.416/2019 (Comissão de Esporte, Lazer e Juventude)**

Pedido de providências à Sedese para que seja publicado o relatório de análise de execução da Lei de Incentivo ao Esporte, anunciado pela gestora da Pasta, e que sua conclusão seja comunicada à Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

#### **RQN nº 3.417/2019 (Comissão de Esporte, Lazer e Juventude)**

Pedido de providências à Sedese para que seja realizada consulta pública para aprimoramento dos mecanismos de captação e prestação de contas no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte, conforme anunciado pela gestora da Pasta, e que os resultados da consulta sejam comunicados à Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

REQUERIMENTOS

### **3.3) Competições esportivas**

Além da apresentação dos resultados de participação dos **Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg** –, a secretária prestou informações sobre a realização dos **Jogos dos Povos Indígenas** e dos **Jogos do Interior de Minas – Jimi**.

Sobre os Jogos Indígenas, informou que o planejamento para realização da competição está suspenso por deliberação do Conselho dos Povos Indígenas do Estado de Minas Gerais – Copimg –, uma vez que o recurso disponibilizado pelo governo do Estado é insuficiente.

A secretária declarou, ainda, que há intenção de realizar a edição 2019 do Jimi, mas aguarda resposta da Cemig sobre a possibilidade de patrocínio ao evento.

#### Compromisso da Secretária

Buscar patrocínio da Cemig para a realização dos Jogos do Interior de Minas – Jimi.

#### RQN nº 3.432/2019 (Comissão de Esporte, Lazer e Juventude)

Pedido de informações à Cemig sobre a viabilidade de atendimento da solicitação de patrocínio da edição 2019 dos Jogos do Interior de Minas Gerais.

### 3.4) Material esportivo

Em resposta à demanda sobre a qualidade do material esportivo distribuído aos municípios, apresentada pelos parlamentares no 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza, a secretária anunciou que foram realizadas pesquisas comparativas em outros estados e municípios e os resultados estão sendo analisados pela área técnica da Sedese.

Segundo a secretária, para 2020, o novo edital para oferta de equipamentos para municípios será elaborado a partir de estudo para garantir a qualidade dos materiais adquiridos pelo Estado. Quanto à possibilidade de repasse dos recursos para a compra direta dos municípios, a secretária informou que a viabilidade jurídica do pleito está sendo analisada pela equipe da secretaria.

#### Compromissos da secretária

Elaborar edital para compra de material esportivo a partir dos estudos realizados para garantia da qualidade.

Analisar a viabilidade jurídica de repasse de recursos diretamente aos municípios para aquisição de equipamentos esportivos.

**RQN nº 3.418/2019 (Comissão de Esporte, Lazer e Juventude)**

Pedido de providências à Sedese para a conclusão dos estudos que deverão orientar a elaboração do edital para compra de material esportivo para distribuição aos municípios, conforme anunciado pela referida secretária, e para que, oportunamente, seja dada ciência à comissão dos resultados obtidos.

### 3.5) Programas esportivos

A secretária anunciou a publicação do edital de seleção de municípios para a execução do programa Geração Esporte em 2020. Serão selecionados até 24 municípios da regional da Sedese de Teófilo Otoni que se proponham a realizar ações para incentivar a prática esportiva no contra turno escolar para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.

**Compromisso da Secretária**

Executar o programa Geração Esporte em 2020.

**RQN nº 3.415/2019 (Comissão de Esporte, Lazer e Juventude)**

Pedido de providências à Sedese para que seja publicada a relação dos municípios e dos respectivos projetos que serão executados em 2020 no âmbito do programa Geração Esporte e para que oportunamente a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude seja comunicada da publicação.

### 4) DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A secretária prestou esclarecimentos sobre o Dia D de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, realizado em mais de 20 municípios durante o mês de setembro, e do Dia D do Empregador, do qual participaram mais de 200 empresas. Foram abertas mais de 600 vagas exclusivas para pessoas com deficiência para o Dia D de Inclusão, além das 2.450 vagas oferecidas anteriormente. A Sedese está finalizando a avaliação do evento para saber o quantitativo de pessoas efetivamente incluídas no mercado de trabalho.

**RQN nº 3.435/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre os resultados da edição de 2019 do Dia D de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, notadamente sobre o número de trabalhadores com deficiência efetivamente contratados pelas empresas de cada região do Estado.

## **5) PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

No que se refere ao pagamento das comunidades terapêuticas, a secretária apresentou os valores devidamente consolidados para o cronograma de desembolso referente a março e abril, além do calendário de pagamento referente aos meses de maio a junho, bem como os referentes ao segundo semestre de 2019.

Informou, ainda, sobre outras entregas da Sedese na Política sobre Drogas, como as ações “Cine Comunidade” e “Mais um Papo: quando o assunto é drogas o diálogo é fundamental”, implementadas pelo Centro de Referência Estadual em Álcool e Outras Drogas – Cread – e destinadas a jovens beneficiários de projetos sociais, técnicos de áreas afetas à política sobre drogas, bem como usuários de álcool e outras drogas e seus familiares e ao público em geral.

Além disso, a Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico realizou, no eixo Prevenção, até agosto, 32.723 procedimentos, mesmo com o encerramento da parceria com cinco Organizações da Sociedade Civil – OSCs – na modalidade de prevenção no segundo quadrimestre. A secretária acrescentou que já se encontra em análise jurídica um novo Edital de Chamamento Público.

Com relação à Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, composta pelas comunidades terapêuticas, no eixo Acolhimento foram computados cumulativamente 15.526 atendimentos até agosto de 2019. Foram oferecidos atendimentos psicossociais diários e atendidas em média 336 pessoas por mês. No eixo Reinserção Social e Produtiva, a Sedese celebra parcerias com OSCs e, até agosto de 2019, foram computados cumulativamente 20.067 atendimentos em projetos de reinserção social e produtiva. No segundo

quadrimestre houve o encerramento de parcerias desta modalidade, mas, segundo a secretária, o setor jurídico já está elaborando um novo Edital de Chamamento Público.

Por fim, a secretária informou sobre o Registro Cadastral de Organizações da Sociedade Civil de Atenção em Álcool, Tabaco e outras Drogas – Recad –, que tem por finalidade dar transparência à situação formal e legal das Organizações da Sociedade Civil de Atenção em Álcool, Tabaco e Outras Drogas que celebram termo de fomento, colaboração, parceria e instrumentos congêneres com órgãos que compõem a estrutura orgânica do Poder Executivo de Minas Gerais. Até o mês de setembro de 2019 foram emitidos 135 atestados de Registro Cadastral para Organizações da Sociedade Civil da Atenção em Álcool, Tabaco e Outras Drogas. Atualmente, o Recad concede benefício de 25% de desconto na conta de água da Copasa.

### **5.1) Nova estrutura da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – Supod**

Como a atuação da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – Supod – ainda está, de certa forma, comprometida devido às adaptações decorrentes de sua recente incorporação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, os parlamentares não apresentaram muitos questionamentos à secretária. Indagaram, porém, como está o processo de reestruturação organizacional da Supod após a reforma, tendo em vista a previsão de uma Superintendência de Atendimento ao Dependente Químico, com três diretorias a ela subordinadas, e do Centro de Referência Estadual em Álcool e outras Drogas – Cread – na estrutura da Supod. A secretária informou que a reestruturação ainda está em processo e que os técnicos, antes lotados na Sejusp, estão finalizando o processo de lotação na Sedese. A estrutura organizacional continua a mesma. Acrescentou que a atual superintendente vai se aposentar e a atual subsecretária deve continuar na Sejusp, o que tornará necessária a designação de novo(a) subsecretário(a).

A secretária acrescentou que o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren – ficou sob a gestão da Sejusp, mas está em discussão a possibilidade de a Sedese ficar com parte dos recursos do Funpren para atuar na prevenção às drogas. Segundo ela, o Executivo deve enviar à ALMG um projeto de lei para a revisão do Funpren.

**RQC nº 3.271/2019 (Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre a existência de política pública voltada para a reinserção social do dependente químico, especificamente no que tange à contratação e reinserção no mercado de trabalho.

**RQC nº 3.272/2019 (Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre o andamento das propostas de constituição de projetos para a captação de recursos do Fundo Nacional de Políticas sobre Drogas, de formulação de curso de capacitação via ensino a distância para conselheiros municipais de políticas sobre drogas e de reativação e criação de novos conselhos municipais sobre drogas.

## **5.2) População em situação de rua**

A situação da Sedese, responsável por tantas políticas, com um orçamento tão pequeno e cujas ações apresentam baixa execução em sua maioria, foi questionada pelos parlamentares também no que se refere à população em situação de rua, que está aumentando no Estado e que, com muita frequência, também faz uso de drogas e demanda atenção em saúde mental.

**RQC nº 3.273/2019 (Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as medidas tomadas pela Pasta com vistas a articular suas ações direcionadas à população em situação de rua usuária de drogas, com as ações desenvolvidas pela Rede de Atenção Psicossocial – Raps – do Sistema Único de Saúde para o mesmo público.

## **6) DIREITOS DA MULHER**

### **6.1) Enfrentamento das violências contra as mulheres**

Assim como no 1º Ciclo, as políticas públicas de enfrentamento das violências contra as mulheres, principalmente em relação às mulheres negras, foi tema priorizado e recorrente nas discussões, com foco no enfrentamento do feminicídio e a necessidade de ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams – e de reestruturação das existentes.

Foi ressaltado pelas parlamentares que as políticas voltadas para as mulheres, principalmente as ações de enfrentamento da violência e de combate ao feminicídio, precisam ser tratadas como prioridade. Foi lembrado, inclusive, que o Estado de Minas Gerais se destaca por apresentar os maiores índices de feminicídio e de violência doméstica no País. Foi defendido que, no planejamento apresentado pela Sedese – que prevê a implementação de ações territoriais, a partir de estratégias customizadas para a superação das vulnerabilidades –, haja um recorte mais específico, que permita uma atuação efetiva e concentrada em relação às mulheres. A população feminina, em especial a mulher negra, sofre as mais diversas formas de violência e deve, portanto, ser reconhecida e contemplada como segmento de maior vulnerabilidade. Foi enfatizada a necessidade de integração entre as políticas públicas setoriais do governo, que devem ser articuladas pela Sedese. Foi suscitado também que a agenda política e os recursos orçamentários destinados às políticas para as mulheres devem ser fortemente disputados dentro do governo: além da escassez dos recursos, a execução orçamentária é ínfima.

Com relação a essas considerações, a secretária informou que acredita que as políticas públicas devem ser concebidas e aplicadas com o critério da transversalidade e a Sedese está começando a trabalhar dessa forma internamente. A secretaria preocupa-se com as violências contra as mulheres e quer atuar de maneira integral, de forma a propiciar o empoderamento e a autonomia das mulheres. Sobre a falta de execução orçamentária, informou que essa situação se dá pelo contingenciamento orçamentário e declarou que é um desafio da Sedese buscar recursos internamente para as políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres.

Segundo a secretária, em relação ao Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos – Sima –, o piloto foi implementado na rede de mulheres, no Centro de Referência Risoleta Neves – Cerna –, como forma de regionalizar e interiorizar os suportes e as políticas de direitos humanos, e está em fase de pactuação sua implementação também nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência dos municípios. Além disso, há uma articulação em relação a equipamentos de direitos humanos com as Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e de Passos e está sendo encaminhada uma pactuação com órgãos setoriais da Regional de Teófilo Otoni.

Sobre o Cerna, acrescentou que a unidade atende atualmente cerca de 50 mulheres e contará com mais uma psicóloga (que será deslocada do setor administrativo) a partir de novembro de 2019, na tentativa de reduzir a fila de espera, que possui atualmente 21 mulheres. E que a implantação do Sima no Cerna iniciou-se em setembro de 2019.

Sobre o Grupo Intersetorial sobre Violência Contra as Mulheres, a secretária informou que as reuniões são mensais e que o foco é a qualificação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Informou que a secretaria realizou capacitação para profissionais da Rede de Atendimento à Mulher e da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher nos meses de junho e julho de 2019, bem como capacitação acerca de registro e tratativas de violações de direitos e monitoramento de casos.

Em relação ao Ônibus Lilás, firmou novamente a perspectiva de reativar o serviço em 2020 em três comunidades, em integração com as redes locais. Justificou que esses ônibus não foram reativados ainda porque a secretaria aguarda conclusão do processo de licitação para conserto dos mesmos.

#### **RQN nº 3.448/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)**

Pedido de informações à secretária de Estado de Desenvolvimento Social sobre as ações direcionadas às mulheres no âmbito dos projetos a serem desenvolvidos a partir da perspectiva do planejamento de atuação territorial – nos termos apresentados durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza –, considerando-se a necessidade do reconhecimento das mulheres como segmento de maior vulnerabilidade social e que demanda, portanto, atuação mais incisiva dos vários órgãos estatais.

REQUERIMENTO

## **6.2) Fortalecimento das políticas para mulheres**

Atuam nas políticas voltadas para as mulheres 14 servidores na Coordenadoria Estadual da Mulher, mais 142 servidores na Sedese, atuando na pauta de Direitos Humanos e diretamente na política para mulheres.

O Comitê da Transversalidade para a Igualdade tem concentrado suas atividades no monitoramento da implementação das ações do Plano Decenal de Políticas para Mulheres, sendo que será apresentado o resultado desse monitoramento ao Conselho Estadual da Mulher em novembro de 2019. Entre as ações realizadas – e que são objeto do monitoramento –, citou: qualificação da rede de atendimento com a metodologia do Sima-Mulher; capacitação de gestores, Polícias Civil e Militar; articulações para reavaliação do fluxo de atendimento (a exemplo do Seminário de Formação em Passos, que contou com a participação de 17 municípios e 154 pessoas); ações para a promoção da autonomia econômica de mulheres e geração de renda. De acordo com a secretária, 39 municípios foram atendidos com capacitações diretas até setembro, com 248 pessoas capacitadas, e uma videoconferência com os Centros de Referência da Mulher em funcionamento no Estado, para qualificação da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Todos esses dados e/ou ações serão detalhadamente apresentadas ao Conselho. Informou, ainda, que o Conselho da Mulher está com processo eleitoral aberto.

Sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, a secretária informou que ainda está em fase de estudo pela Sedese e que as Coordenadorias Estaduais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para a Mulher estão avaliando as ações já desenvolvidas junto às empresas e instituições públicas no âmbito do programa para retomar o diálogo com os parceiros em 2020.

#### **RQN nº 3.464/2019 (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher)**

Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para que fortaleça a atuação articuladora das políticas públicas de interesse das mulheres, desenvolvidas pelas diversas secretarias de governo, como forma de propiciar maior eficácia no atendimento a esse público, bem como a ampliação da previsão e da execução orçamentárias.

**REQUERIMENTO**